

**24 - 11 | 2024**

# A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

## The Implementation of Inclusive Education Policies in Mozambique: Challenges and Perspectives

## La Implementación de Políticas de Educación Inclusiva en Mozambique: Desafíos y Perspectivas

José Albertina Munguambe<sup>1</sup>

<sup>1</sup>*Docente, Doutorando em Educação e Tecnologias de Informação e Comunicação; Universidade São Tomás de Moçambique; Mestre em Ciências de Educação; Moçambique; <https://orcid.org/0000-0002-7909-9722>; e-mail: [jose.munguambe@gmail.com](mailto:jose.munguambe@gmail.com).*

Autor para correspondência: [jose.munguambe@gmail.com](mailto:jose.munguambe@gmail.com)

*Data de recepção: 16-09-2024*

*Data de aceitação: 15-11-2024*

**Como citar este artigo:** Munguambe, J. A. (2024) A implementação das políticas de educação inclusiva em Moçambique: Desafios e perspectivas. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(5), 124-133. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/7>.

### RESUMO

Este estudo investiga a implementação das políticas de Educação Inclusiva em Moçambique, analisando os desafios e perspectivas associadas. O objectivo é entender como as políticas inclusivas são aplicadas no contexto moçambicano e identificar as barreiras que afectam sua eficácia. Utilizando uma abordagem qualitativa, o estudo emprega revisão bibliográfica e análise de dados documentais para examinar a legislação e práticas existentes. Os resultados revelam que, apesar dos avanços legislativos, como a Lei do Sistema Nacional de Educação de 1983 e a Política Nacional de Educação Inclusiva de 2018, há desafios persistentes, incluindo infraestrutura escolar inadequada, falta de formação especializada para professores e resistência cultural à inclusão. A análise mostra uma discrepância entre as políticas internacionais e sua aplicação prática em Moçambique. As principais conclusões destacam a necessidade urgente de investimentos adicionais em recursos e capacitação de professores, bem como o envolvimento activo da comunidade. O estudo

sugere que a implementação eficaz das políticas inclusivas requer enfrentar as barreiras estruturais e culturais identificadas e adoptar boas práticas baseadas em exemplos internacionais e locais. Para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade, é essencial um esforço colaborativo contínuo entre o governo, organizações não-governamentais e a comunidade educacional.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Políticas Educacionais, Infraestrutura Escolar, Formação de Professores.

### ABSTRACT

This study investigates the implementation of inclusive education policies in Mozambique, analyzing the associated challenges and perspectives. The aim is to understand how inclusive policies are applied within the Mozambican context and identify barriers affecting their effectiveness. Using a qualitative approach, the study employs bibliographic review and documentary analysis to examine existing legislation and practices. Results reveal that, despite legislative advancements such as the National Education System Law of 1983 and the National Inclusive Education Policy of 2018,

persistent challenges remain, including inadequate school infrastructure, lack of specialized teacher training, and cultural resistance to inclusion. The analysis shows a discrepancy between international policies and their practical application in Mozambique. Key conclusions highlight the urgent need for additional investments in resources and teacher training, as well as active community involvement. The study suggests that effective implementation of inclusive policies requires addressing identified structural and cultural barriers and adopting best practices based on international and local examples. To ensure truly inclusive and quality education, a continuous collaborative effort between the government, non-governmental organizations, and the educational community is essential.

**Keywords:** Inclusive Education, Educational Policies, School Infrastructure, Teacher Training.

## RESUMEN

Este estudio investiga la implementación de las políticas de Educación Inclusiva en Mozambique, analizando los desafíos y perspectivas asociados. El objetivo es entender cómo se aplican las políticas inclusivas en el contexto mozambiqueño e identificar las barreras que afectan su eficacia. Utilizando un enfoque cualitativo, el estudio emplea revisión bibliográfica y análisis de datos documentales para examinar la legislación y las prácticas existentes. Los resultados revelan que, a pesar de los avances legislativos, como la Ley del Sistema Nacional de Educación de 1983 y la Política Nacional de Educación Inclusiva de 2018, persisten desafíos, incluyendo infraestructura escolar inadecuada, falta de formación especializada para docentes y resistencia cultural a la inclusión. El análisis muestra una discrepancia entre las políticas internacionales y su aplicación práctica en Mozambique. Las principales conclusiones destacan la urgente necesidad de inversiones adicionales en recursos y capacitación docente, así como la participación activa de la comunidad. El estudio sugiere que la implementación efectiva de las políticas

inclusivas requiere abordar las barreras estructurales y culturales identificadas y adoptar buenas prácticas basadas en ejemplos internacionales y locales. Para garantizar una educación verdaderamente inclusiva y de calidad, es esencial un esfuerzo colaborativo continuo entre el gobierno, organizaciones no gubernamentales y la comunidad educativa.

**Palabras clave:** Educación Inclusiva, Políticas Educativas, Infraestructura Escolar, Formación de Docentes.

## INTRODUÇÃO

Foi a partir da declaração universal dos direitos humanos (1948) que iniciou o desenvolvimento de políticas públicas educacionais e foram criados vários documentos específicos na área de educação, é daí que, a Educação Inclusiva emergiu como um princípio fundamental na promoção da equidade educacional global, com o objectivo de integrar todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, em ambientes de aprendizado comuns. Moçambique, localizado na África Austral, tem empreendido esforços para incorporar este princípio no sistema educacional nacional. Desde a sua independência em 1975, o país tem passado por diversas reformas educacionais para melhorar a inclusão de alunos com necessidades especiais. A Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE) de 1983, por exemplo, marcou um passo significativo ao incluir a Educação Especial dentro do subsistema de Educação Geral. Apesar desses avanços, a implementação de políticas inclusivas continua a enfrentar desafios substanciais devido a condições históricas, sociais e estruturais específicas (MEC, 2006-2010/11; MINEDH, 2020-2029).

A importância de investigar a Educação Inclusiva em Moçambique é enfatizada pela necessidade urgente de abordar as barreiras que impedem a plena integração de todos os alunos, com vista a promover um sistema educacional que ofereça igualdade de oportunidades a todos os estudantes,

contribuindo para um ambiente mais justo e inclusivo (UNESCO, 1994).

O conceito de Educação Inclusiva tem sido objecto de amplo debate académico e político. Rodrigues (2006) afirma que o conceito de Educação Inclusiva implica rejeitar, por princípio, a exclusão de qualquer aluno da comunidade escolar, desenvolvendo políticas, culturas e práticas que valorizam a participação activa de cada aluno para a construção de um conhecimento compartilhado sem discriminação. A inclusão é descrita como um processo contínuo, onde há uma busca incessante para trabalhar contra a desigualdade e sustentar o sentimento de esperança no que concerne as pessoas nas escolas, com o objectivo de aumentar a participação na educação de todos os envolvidos e promover práticas de ensino inspiradoras olhando para a diversidade cultural.

Lopes et al. (2020) argumentam que a Educação Inclusiva amplia a participação de todos os alunos e pessoal nos estabelecimentos de ensino regular, apoiada numa abordagem humanística e democrática que abrange o sujeito e suas características para efectivar seu envolvimento na aprendizagem, com o objectivo do crescimento integral. Mandlate (2021) observa que em alguns países a Educação Inclusiva ainda é vista como uma abordagem para atender crianças com deficiência em ambientes de educação regular, mas enfatiza que a Educação Inclusiva deve focar na atenção e reconhecimento da diversidade entre todos os alunos, com o pressuposto principal de eliminar a exclusão social e garantir que a educação seja um direito humano básico e a base para uma sociedade mais justa. Nandja (2021) menciona que a construção da Educação Inclusiva em Moçambique é recente, envolvendo a participação de equipas multidisciplinares para mudanças de valores e atitudes, além da planificação e formação de profissionais para a integração e inclusão de estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE) no sistema escolar. Sunde (2019) define a Educação Inclusiva como um processo de aceitação e integração de crianças e jovens

com NEE em classes regulares, com acompanhamento especializado e adaptação do sistema escolar às necessidades de todos os alunos, permitindo que tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem.

No âmbito internacional, a Educação Inclusiva ganhou destaque com a Declaração de Salamanca (1994), que estabeleceu princípios globais para promover a inclusão nas escolas. Essa declaração influenciou diversas políticas educacionais ao redor do mundo, ressaltando a necessidade de criar ambientes escolares inclusivos que respeitem a diversidade e assegurem a participação plena de todos os alunos. A Declaração de Dakar (2000) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio também reforçaram a importância da inclusão na educação, promovendo a necessidade de políticas que abordem a diversidade e garantam acesso equitativo à educação de qualidade. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) reforça a obrigação dos Estados em assegurar um sistema de Educação Inclusiva em todos os níveis. Práticas internacionais bem-sucedidas incluem o uso de currículos flexíveis, formação contínua de professores e a implementação de sistemas de apoio baseados na comunidade.

Historicamente, as políticas educacionais inclusivas evoluíram a partir do movimento dos direitos civis e da educação especial. Nas décadas de 1970 e 1980, muitos países começaram a reconhecer a necessidade de integrar alunos com deficiências nas escolas regulares, culminando em uma série de legislações que promoviam a inclusão escolar. A Declaração de Salamanca, em 1994, marcou um impulso global para reestruturar os sistemas educacionais de forma a incluir todos os alunos, afirmando que a exclusão e a segregação violam os princípios básicos de igualdade e equidade.

A evolução das políticas educacionais inclusivas varia significativamente entre diferentes contextos. Nos países desenvolvidos, como o Canadá e a Finlândia, a inclusão tem sido amplamente adoptada, com políticas robustas e bem implementadas que

garantem apoio especializado dentro das escolas regulares (Milice, 2023). Nos países em desenvolvimento, no entanto, a implementação tem sido mais desafiadora devido à falta de recursos, formação inadequada de professores e barreiras culturais (Branco, 2019). No Brasil, por exemplo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) promoveu avanços significativos, mas ainda enfrenta desafios relacionados à infraestrutura e preconceitos sociais (Silva, 2021).

Em África, a Educação Inclusiva é um objecto em desenvolvimento, com muitos países adotando políticas nacionais para apoiar a inclusão, embora com variações significativas nos resultados. De acordo com o Fórum Africano sobre Políticas para Crianças (2011), a inclusão ainda enfrenta desafios como a falta de recursos, formação de professores e atitudes culturais. Entretanto, países como Ruanda e África do Sul têm feito progressos notáveis. Ruanda, por exemplo, implementou a Política sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educativas Especiais (2007), que enfatiza a formação de professores e a adaptação curricular, resultando em um aumento significativo da matrícula de alunos com necessidades especiais em escolas regulares. Na África do Sul, a política de Educação Inclusiva é apoiada pela Constituição de 1996 e pelo Documento Branco sobre Educação (2001), que promove uma abordagem de escolas como centros de apoio à diversidade.

Para o caso de Moçambique, são notórios os esforços para alinhar suas políticas educacionais às diretrizes internacionais sobre Educação Inclusiva, atendendo a convenções e declarações globais por meio da criação e adaptação de políticas locais. Em 1983, a Assembleia Popular aprovou a Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE), que, pela primeira vez, incluiu a modalidade de Educação Especial no subsistema de Educação Geral. Esta inclusão marcou um avanço significativo, reconhecendo a necessidade de proporcionar formação para a integração de crianças com deficiência, ainda que focada em uma modalidade especial de ensino (Artigo 18º).

Com a aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança pela ONU em 1989, Moçambique reforçou seu compromisso com a Educação Inclusiva, ajustando sua legislação em 1992 para adaptar-se às novas condições impostas pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien, 1990). A Lei n.º 6/92 redefiniu o ensino especial para crianças e jovens com várias deficiências, promovendo um sistema educacional mais inclusivo (Artigo 19º). A Conferência de Salamanca de 1994 foi outro marco importante, ampliando o conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE) para incluir grupos marginalizados e reafirmando o compromisso com a Educação Inclusiva. Em resposta, Moçambique lançou o Projecto Escolas Inclusivas (PEI) em 1997-2001, que promoveu a inclusão de crianças com deficiência no sistema regular de ensino, uma iniciativa alinhada com as melhores práticas internacionais.

O compromisso contínuo de Moçambique com a Educação Inclusiva foi evidenciado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que enfatizou a necessidade de medidas adaptativas para garantir o direito à educação das pessoas com deficiência. Moçambique tem procurado implementar essas diretrizes através da Política Nacional de Educação Inclusiva, adoptada em 2018, que estabelece as bases para a inclusão de todas as crianças no sistema educacional regular. Essas acções demonstram o esforço contínuo de Moçambique para cumprir com suas obrigações internacionais, adaptando as políticas globais às realidades locais e promovendo a inclusão de crianças com deficiência em seu sistema educacional. No entanto, a plena realização dessas políticas requer um esforço contínuo para traduzir a legislação em práticas eficazes e inclusivas nas escolas.

O objectivo principal deste estudo é analisar os desafios e perspectivas na implementação das políticas de Educação Inclusiva em Moçambique. Este estudo busca identificar as principais barreiras enfrentadas, incluindo as condições de infraestrutura, a formação de professores, e a alocação de recursos. Além

disso, pretende examinar as percepções culturais e as atitudes sociais em relação à inclusão, assim como analisar a eficácia das leis e políticas existentes. Com base nessa análise, o estudo visa propôr boas práticas e estratégias para melhorar a implementação das políticas inclusivas, promovendo uma educação mais equitativa e acessível para todos os alunos.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa para examinar a implementação das políticas de Educação Inclusiva em Moçambique, focando na interpretação de dados não numéricos e buscando entender os contextos e experiências relacionados à aplicação dessas políticas. Ao explorar as percepções dos envolvidos, o método proporciona uma visão profunda das práticas educacionais e políticas. Essa metodologia é fundamental para compreender os desafios e perspectivas na implementação das políticas de inclusão educacional no país.

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, que investiga, por um lado, o estado actual da Educação Inclusiva em Moçambique, incluindo suas práticas e teorias, bem como os esforços do país para se alinhar às normas internacionais, por outro lado, documenta e descreve as políticas, leis e práticas de Educação Inclusiva, oferecendo uma visão detalhada das características das políticas implementadas e dos desafios enfrentados.

O método de colecta de dados deste estudo consistiu na Pesquisa Bibliográfica e Documental. A pesquisa bibliográfica analisou 20 artigos científicos sobre Educação Inclusiva, obtidos em revistas especializadas e no Google Acadêmico, proporcionando uma compreensão das teorias e debates sobre o tema e sua aplicação em Moçambique. Essa abordagem é essencial para construir a base teórica do estudo, situando o pesquisador no estado atual do conhecimento e identificando lacunas e oportunidades para futuras pesquisas.

A colecta de dados documentais envolveu a análise de políticas e convenções internacionais sobre Educação Inclusiva, além de documentos nacionais de Moçambique, como leis, decretos e normas. O objectivo foi avaliar os esforços de Moçambique na implementação das normas internacionais e identificar as políticas e práticas estabelecidas. A pesquisa documental revelou-se crucial para obter dados primários e secundários, permitindo uma análise detalhada de documentos oficiais. Essa abordagem oferece uma visão clara das políticas vigentes e ajuda a contextualizar os dados no cenário das políticas educacionais.

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, permitindo a categorização e interpretação dos temas principais. Esse método qualitativo identificou padrões e tendências ligados aos desafios e estratégias da Educação Inclusiva. A análise de conteúdo é eficaz na transformação de dados não numéricos em categorias e temas, facilitando uma compreensão detalhada dos fenômenos e a identificação de padrões e significados nos dados qualitativos.

Foi realizada uma análise comparativa entre as políticas e convenções internacionais e as práticas em Moçambique. Esse método qualitativo ajudou a identificar conformidades e discrepâncias entre as directrizes estabelecidas e a realidade do país. A análise comparativa permite avaliar e contrastar diferentes contextos e práticas, facilitando a identificação de semelhanças e diferenças. Esse método é útil para entender como as políticas e práticas se alinham ou divergem das normas internacionais.

Na interpretação dos dados, os resultados da pesquisa bibliográfica e documental foram integrados para formar uma visão coesa sobre a implementação da Educação Inclusiva em Moçambique. A integração destacou a relação entre teoria e prática, identificando desafios e soluções. Foram observados padrões nos dados, como os principais desafios e estratégias eficazes para promover a inclusão educacional. Com base nessa análise, foram elaboradas conclusões sobre a eficácia das

políticas de Educação Inclusiva no país, além de recomendações para melhorar sua implementação.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A educação inclusiva em Moçambique ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no tratamento de educandos com necessidades educativas especiais (NEE). Embora existam políticas e orientações no sistema nacional de educação que visem atender a essas necessidades, a abordagem actual tende a ser limitada, focando principalmente em deficiências físicas visíveis e negligenciando outros factores que impactam o processo de ensino e aprendizagem. O modelo pedagógico predominante é o frontal, onde todos os alunos recebem a mesma lição, desconsiderando as diversidades de desenvolvimento cognitivo, conhecimentos prévios e formas de aprender.

A pesquisa de Zacarias (2019) revela que o desempenho escolar de alunos com NEE em escolas regulares é fortemente influenciado por factores intraescolares relacionados ao funcionamento do sistema educativo. Os principais obstáculos identificados incluem a falta de professores qualificados e capacitados, a inexistência de um currículo adaptado e a carência de recursos de apoio, como materiais didáticos e metodológicos. Além disso, a prevalência de métodos de ensino tradicionais, a falta de estímulos para os docentes, o desinteresse tanto dos professores quanto dos alunos e a fraca interação entre professor e aluno dificultam a implementação efectiva da educação inclusiva. A falta de motivação e a escassa colaboração entre a escola e os encarregados de educação são também destacadas como barreiras significativas que comprometem o desempenho satisfatório dos alunos com NEE. Para melhorar esse desempenho, a pesquisa enfatiza a necessidade de abordar e resolver problemas estruturais e pedagógicos dentro do sistema educativo.

Sunde (2019) complementa essa análise, apontando que as instituições que implementam programas de inclusão para crianças com deficiência carecem de adaptações físicas nos edifícios e no ambiente

escolar, além de materiais de apoio adequados tanto para alunos quanto para professores. Ele destaca que muitos educadores não possuem formação psicopedagógica suficiente, comprometendo a eficácia das práticas inclusivas. Embora as políticas públicas educacionais promovam a construção de uma escola inclusiva que atenda à diversidade, sua implementação ainda enfrenta dificuldades. O apoio governamental à construção de um currículo que atenda às necessidades educacionais especiais é visível, mas ainda é necessário um esforço maior para integrar todos os intervenientes no processo escolar. Sunde propõe um modelo interativo de inclusão que busca conciliar teoria e prática curricular, envolvendo não apenas a escola, mas também a família, a comunidade e outros meios que influenciam o contexto educacional. Essa abordagem visa criar um ambiente mais colaborativo e eficaz para a inclusão de alunos com deficiência.

A análise da Educação Inclusiva (EI) em Moçambique revela avanços e desafios. Nguenha (2019) aponta que o país não está preparado para implementar a política de EI, citando a falta de estudos de viabilidade e recursos adequados. A adoção de políticas internacionais sem a devida preparação pode levar ao fracasso da inclusão, que acaba sendo mera retórica. Ele sugere que a preparação deve englobar não apenas a infraestrutura, mas também o fortalecimento de recursos humanos, formação de professores de apoio itinerantes, fornecimento de materiais didáticos e adaptação de currículos às necessidades específicas dos alunos com NEE.

Nandja (2021) enfatiza que a formação de professores deve capacitar profissionais para implementar as políticas do Sistema Nacional de Educação (SNE), mas observa um abismo entre o que é planeado e a prática nas instituições de formação. A falta de apropriação das orientações do SNE por gestores e formadores prejudica a operacionalização das políticas. O estudo de Fumo (2023) investiga a formação de professores para crianças hiperactivas e conclui que, apesar da exposição a disciplinas sobre inclusão, a abordagem superficial

impede uma preparação adequada, resultando em baixo desempenho escolar.

Milice (2023) destaca um percurso sinuoso na implementação da EI, apontando a discrepância entre a teoria da inclusão e a prática da integração, onde o modelo globalista nas escolas regulares favorece o aluno "normal". A ausência de um sistema sólido para identificar crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) não visíveis, como as Deficiências de Aprendizagem (DA), representa um dilema que dificulta a intervenção. A pesquisa de Mazalo et al. (2023) revela um défice prático na aplicação das políticas de EI, com a falta de professores qualificados e instalações inadequadas, além de uma fraca fiscalização.

Silva (2021) analisa a desconexão entre os documentos normativos e as iniciativas práticas nas escolas, apontando que os Centros de Recursos de Educação Inclusiva carecem de profissionais qualificados. Apesar do aumento do acesso a alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), eles enfrentam dificuldades devido à falta de formação especializada dos professores. Nhaueleque (2022) observa que a realidade apresentada nos documentos governamentais contrasta com a vivência das pessoas com deficiência, destacando a necessidade de mudanças significativas nas políticas públicas.

Da Silva (2021) reforça a necessidade de formação efectiva dos professores e revitalização dos Centros de Recursos, enfatizando que a inclusão depende de um esforço coletivo. Akungondo (2023) identifica a falta de conscientização sobre as NEE como um factor de exclusão. Sunde (2018) destaca a necessidade de adaptações físicas e materiais de apoio nas escolas, enquanto Nhamposse (2021) ressalta a importância de considerar a diversidade dos alunos nas estratégias pedagógicas. Branco (2019) e Mandlate (2021) concordam que a formação dos professores é crucial para a inclusão, mas as práticas observáveis são insatisfatórias.

Chambal e Bueno (2014) discutem a insuficiência das políticas de formação docente em atender as demandas dos alunos com

deficiência. Gonçalves et al. (2022) analisam a transição política em Moçambique, que, embora tenha ampliado o acesso ao ensino superior, não acompanhou acções concretas para a educação inclusiva. Guebert e Rodrigues (2021) apontam que, apesar do aumento no número de alunos e infraestruturas, a qualidade da inclusão ainda é um desafio. Eles ressaltam que a educação inclusiva deve ser uma prioridade nas agendas políticas, reconhecendo-a como um direito humano.

Gonçalves e Vicente (2020) abordam a situação preocupante da inclusão escolar de alunos com deficiência visual, ressaltando que a falta de formação específica dos professores resulta em exclusão prática. Lopes et al. (2020) concluem que a inclusão educacional requer urgência na formação de professores e adaptação de currículos para atender efectivamente às necessidades de todos os alunos, destacando que a formação inadequada dos educadores contribui para a manutenção das barreiras à inclusão. Essa análise evidencia a necessidade urgente de uma abordagem mais integrada e efectiva para a educação inclusiva em Moçambique, onde a transformação real depende da implementação consistente das políticas educacionais que atendam à diversidade dos educandos.

A análise dos resultados apresentados pelos autores sobre a educação inclusiva em Moçambique revela um quadro preocupante que merece uma reflexão crítica. Os estudos de Zacarias (2019) e Sunde (2019) destacam falhas estruturais e pedagógicas que comprometem a eficácia das políticas inclusivas. Esses problemas não são apenas técnicos, mas também refletem uma falta de compromisso em abordar a diversidade educacional de maneira abrangente.

Primeiramente, a pesquisa de Zacarias destaca a falta de professores qualificados e a inexistência de um currículo adaptado como barreiras significativas para o desempenho de alunos com necessidades educativas especiais. Isso sugere uma desconexão entre as directrizes políticas e a realidade nas salas de aula. É alarmante perceber que, mesmo com

políticas que promovem a inclusão, a prática ainda é fortemente influenciada por métodos tradicionais de ensino, que não favorecem a diversidade. Essa situação evidencia uma resistência à mudança, não apenas no nível das instituições, mas também na mentalidade dos educadores e da sociedade como um todo.

Por outro lado, a análise de Sunde oferece uma perspectiva valiosa ao ressaltar a necessidade de adaptações físicas e de recursos adequados. A falta de infraestrutura acessível e de materiais de apoio é um indicativo claro de que as instituições ainda não estão preparadas para receber todos os alunos. Além disso, a ausência de formação psicopedagógica entre os educadores levanta a questão sobre a qualidade do ensino oferecido. Sem uma formação adequada, é difícil esperar que os professores implementem práticas inclusivas de forma eficaz.

Uma crítica adicional à abordagem de inclusão proposta pelos autores é a necessidade de um modelo mais interactivo que integre efectivamente a escola, a família e a comunidade. Embora essa proposta seja válida e necessária, a sua implementação exige um comprometimento colectivo que ainda parece distante. As políticas públicas, embora existam, precisam ser acompanhadas de acções concretas que promovam a conscientização e a mobilização da sociedade em torno da educação inclusiva.

Por fim, a análise crítica dos resultados evidencia que a educação inclusiva em Moçambique está em um estado de emergência. Para que se possa avançar de maneira significativa, é fundamental que haja um esforço conjunto para superar os obstáculos identificados e que a inclusão seja tratada não apenas como uma meta, mas como um direito inalienável de todos os alunos. Isso requer um repensar profundo das práticas pedagógicas, da formação docente e da colaboração entre todos os actores envolvidos no processo educativo.

## CONCLUSÃO

Os estudos sobre Educação Inclusiva em Moçambique ilustram uma realidade que, embora reconheça a importância da inclusão, enfrenta desafios substanciais em sua implementação prática. A identificação de factores intraescolares, como a falta de professores qualificados e a ausência de um currículo adaptado, evidencia a necessidade urgente de reformulação do sistema educativo. Esses elementos não são meras questões administrativas; são reflexos de uma cultura escolar que muitas vezes resiste à mudança e à inovação.

Ademais, a análise crítica das propostas dos autores sugere que, para que a inclusão seja realmente eficaz, é necessário um compromisso amplo que vá além das políticas estabelecidas. A educação inclusiva não pode ser vista como uma responsabilidade exclusiva da escola; deve ser um esforço colaborativo que inclua a participação activa das famílias, da comunidade e dos próprios alunos. A proposta de um modelo interactivo que envolva diferentes actores é um passo na direcção certa, mas requer uma mobilização social e uma reavaliação das práticas educacionais em todos os níveis.

Portanto, para avançar na implementação da educação inclusiva em Moçambique, é fundamental criar um ambiente educacional que não apenas reconheça a diversidade, mas que também a celebre. Isso implica na superação de barreiras estruturais e na promoção de uma formação contínua e adequada para os educadores, capacitando-os a atender às necessidades de todos os alunos. O futuro da educação inclusiva depende da disposição das instituições e da sociedade em geral para trabalhar em conjunto na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, onde cada aluno, independentemente de suas capacidades, tenha a oportunidade de aprender e prosperar.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Akungondo, P. A. C. (2023). Exclusão de alunos com necessidades educativas especiais do currículo escolar moçambicano. *NJINGA e SEPÉ*:

- Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, 3(Especial II), 216-243.
- Branco, A. (2019). Olhares dos professores sobre a inclusão educativa das crianças com deficiência em Moçambique (Master's thesis, Universidade de Évora). Repositório Institucional da Universidade de Évora. Link
- Chambal, L. A., & Bueno, J. G. S. (2014). A formação de professores na perspectiva da educação inclusiva em Moçambique: Uma perspectiva crítica. *Cadernos CEDES*, 34(93), 225-239. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622014000200006>
- Da Silva, D. B. M. (2021). Percurso histórico da educação especial à educação inclusiva em Moçambique: Análise de políticas educacionais 1990-2019. *Cadernos do Aplicação*, 34(2). <https://doi.org/10.22456/2595-4377.104098>
- Fumo, R. E. (2023). A formação de professores no contexto da educação inclusiva em Moçambique: Uma reflexão sobre a influência no desempenho escolar de crianças com necessidades educativas especiais hiperativas na Escola Primária Completa de Singathela-Província de Maputo (2021-2022). Universidade Eduardo Mondlane.
- Gonçalves, A. C. P., & Vicente, E. R. (2020). A inclusão escolar de alunos com necessidades educativas especiais de visão na cidade da Beira: Um discurso panfletário? *Revista Científica Da UEM: Série Ciências Da Educação*, 2(2), 40-59.
- Gonçalves, A. C. P., Nandja, A. J., Benzane, F. G., & Teixeira, R. A. G. (2022). Educação inclusiva no ensino superior em Moçambique: Contornos, perspectivas e reflexões. *Revista UFG*, 22, 1-20. <https://doi.org/10.5216/revufg.v22.739>
- Guebert, M. C. C., & Rodrigues, M. A. (2021). Sistema educativo em Moçambique: As estratégias internacionais de inclusão. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, 9(1), 255-274. <https://doi.org/10.20396/ridh.v9i1.8655339>
- Lopes, B. D., Francisco, F. E., Francisco, V. F. M., & Dinis, T. F. (2020). Educação inclusiva em Moçambique: Um olhar crítico sobre as variáveis de sucesso. *Revista Onis Ciência*, 8, 89-108.
- Mandlate, M. S. (2021). Processos educativos em Moçambique: Análise das políticas e práticas de avaliação curricular e o atendimento das crianças com necessidades educativas especiais (NEE): Um estudo de casos no ensino básico moçambicano (Doctoral dissertation, Universidade do Minho). Repositório Institucional da Universidade do Minho. Link
- Mazalo, J. V., Ramos, R. H., da Soledade Xavier, W., de Melo Bambamba, J., & Bambamba, Â. E. (2023). Políticas de acesso e inclusão de alunos com deficiência visual na educação em Moçambique. *Research, Society and Development*, 12(14), e119121444577. <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i14.45777>
- Milice, G. N. M. (2023). Educação inclusiva em Moçambique: Percurso e percalços. *Revista Educação Em Páginas*, 2, e12244. <https://doi.org/10.23925/2358-9199.2023v2i1.5045>
- Nandja, A. J. (2021). Análise da implementação das estratégias de educação inclusiva no Instituto de Formação de Professores da Matola (Doctoral dissertation, Universidade Eduardo Mondlane). Repositório Institucional da Universidade Eduardo Mondlane. <https://www.saber.uem.mz/>
- Nguenha, A. M. (2018). Análise dos desafios enfrentados pela comunidade escolar

- na implementação da política de educação inclusiva: Caso da Escola Primária Completa Kurhula (2017-2018) (Doctoral dissertation, Universidade Pedagógica de Maputo).
- Nhamposse, A. A. (2023). Estratégias pedagógicas de inclusão de alunos com deficiência física. In *Livro de Actas do III Congresso Internacional da UCM* (pp. 85-96). Universidade Católica de Moçambique.
- Nhaueleque, S. L. (2022). Políticas públicas e educação inclusiva: Análise no contexto moçambicano. *Revista Moçambicana de Educação*, 7(1), 45-61.
- Silva, D. B. M. D. (2021). Educação especial em Moçambique: uma análise das políticas públicas 1998-2019.
- Sunde, R. M. (2018). Inclusão escolar: Um desafio entre teoria e prática curricular em Moçambique. *Rein-Revista Educação Inclusiva*, 2(2), 40-50. <https://doi.org/10.21453/rei.v2i2.2212>
- Sunde, R. M. (2019). Modelo interativo na inclusão escolar: Um desafio na educação em Nampula-Moçambique. *Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas*, 27(2), 166-174. <https://doi.org/10.5212/Publ.Soc.Apl.v27i2.0008>
- Zacarias, E. D. A. F. (2019). Análise dos factores associados ao desempenho escolar de alunos da 8ª classe com necessidades educativas especiais em escolas regulares: Caso da Escola Secundária Josina Machel (Master's thesis, Universidade Eduardo Mondlane).